



Relatório Final

7ª Conferência Municipal de Saúde de Marechal Floriano-ES

30 de junho de 2026

Auditório da Igreja Católica Sant'Ana

“Saúde, democracia, soberania e SUS: cuidar do povo é cuidar do Brasil”

Marechal Floriano, 2026

Prefeito de Marechal Floriano
Antonio Lidiney Gobbi

Vice-prefeito de Marechal Floriano
Paulo Lovatti Junior

Secretário Municipal de Saúde
Ramom Rigoni Gobetti

Subsecretária Municipal De Saúde
Marília Da Penha Trarbach

Presidente do Conselho Municipal de Saúde
Anderson Caetano Da Rocha

Vice presidente do Conselho Municipal de Saúde
Natalino Bianchi Netto

APRESENTAÇÃO

A 7ª Conferência Municipal de Saúde de Marechal Floriano-ES, foi realizada no dia 30 de junho de 2026, com o tema: **"Saúde, Democracia, Soberania e SUS: Cuidar do povo brasileiro é cuidar do Brasil"**.

Para a organização dos debates no decorrer da conferência, foi considerado o Documento Orientador de apoio aos debates da 7ª Conferência de Saúde de Marechal Floriano-ES. Como resultado, espera-se ampliar a representação dos participantes; discutir e aprovar prioridades dentre as diretrizes e ações que possam contribuir na formulação da Política Estadual e Nacional de Saúde.

Com base nas perspectivas apontadas acima, em 26 maio de 2026, inicia-se o processo de organização da 7ª Conferência Municipal de Saúde de Marechal Floriano – ES, definindo a data de realização da etapa municipal para o dia 30 de junho, do ano em curso, conforme Decreto Municipal nº 13.291/2026, de 26 de maio de 2026 e da Resolução do CMSMF nº 220/2026, de 27 de maio de 2026, que dispõe sobre a convocação da Conferência.

A organização da Conferência, no formato de colegiado, contou com a participação de conselheiros, usuários, profissionais de saúde, comunidade, gestão e prestadores de serviços de saúde com o intuito de exercitar a participação social e a democratização do processo de construção da Política de Saúde no município.

Foram definidas 60 (sessenta) vagas para a 7ª Conferência distribuídas paritariamente entre os segmentos de usuários, profissionais de saúde, governo e prestadores de serviço. A Conferência contou com a participação de autoridades e instituições públicas e privadas, convidadas e participantes por livre credenciamento.

A discussão da temática da 7ª Conferência Municipal de Saúde de Marechal Floriano-ES, contou com a participação dos preletores(as):

PRELETORES(AS)

Preletor (a)	Tema/Eixo	
Thiago Hoffman	Central	<i>"Saúde, Democracia, Soberania e SUS: cuidar do povo é cuidar do Brasil".</i>
Marcello Dala	Eixo I	<i>"Democracia, saúde como direito e soberania nacional"</i>
Marcia Portugal	Eixo II	<i>"Financiamento adequado e suficiente para o SUS, com base na justiça tributária e na sustentabilidade fiscal e social"</i>
Carla Estela Lima	Eixo III	<i>"Os desafios para o SUS na agenda nacional da defesa da vida e da saúde: emergências climáticas e justiça socioambiental"</i>
Marcia Portugal	Eixo IV	<i>"Modelo de atenção e gestão, territórios integrados e cuidado integral"</i>

DICUSSÃO DOS EIXOS E PROPOSTAS

Facilitador(a)	Relator(a)	Tema/Eixo
Anderson Caetano da Rocha	Ivanilda Silva de Andrade	<i>"Democracia, saúde como direito e soberania nacional"</i>
Elissa Orlandi	Lisiany Cristina C. Nakahara	<i>"Financiamento adequado e suficiente para o SUS, com base na justiça tributária e na sustentabilidade fiscal e social"</i>
Ellen Aparecida Favero	Caroline Costa de Araújo	<i>"Os desafios para o SUS na agenda nacional da defesa da vida e da saúde: emergências climáticas e justiça socioambiental"</i>
Natalino Bianchi Netto	Gisele Mara Nalesso Mees	<i>"Modelo de atenção e gestão, territórios integrados e cuidado integral"</i>

7ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARECHAL FLORIANO – ES	
“Saúde, Democracia, Soberania e SUS: cuidar do povo é cuidar do Brasil”	
PROPOSTAS – ÂMBITO ESTADUAL	
1	Fortalecer os Conselhos Municipais de Saúde por meio da oferta permanente de capacitações aos conselheiros, garantindo maior participação social e controle social qualificado.
2	Implantar uma política estadual de incentivo à participação popular nas decisões do SUS, com apoio técnico e financeiro para realização de conferências, plenárias e fóruns regionais de saúde.
3	Desenvolver programas permanentes de educação em saúde e cidadania com ênfase na promoção de saúde, propiciando o conhecimento dos direitos e deveres dos usuários do SUS, disponibilizando painéis públicos de fácil acesso para acompanhamento de indicadores, investimentos e resultados.
4	Ampliar programas estaduais de educação popular em saúde voltados para escolas, comunidades e lideranças sociais.
5	Incentivar a participação de jovens, idosos, população rural, povos tradicionais e pessoas com deficiência nos espaços de participação e controle social, garantindo acessibilidade plena nas conferências, conselhos e audiências públicas, incluindo intérpretes de libras e materiais acessíveis.
6	Instituir programas permanentes de educação popular em saúde e formação de novos conselheiros locais, com foco na diversidade (jovens, populações tradicionais, periferias), para oxigenar e fortalecer o controle social no SUS.
7	Ampliar a participação financeira do Estado no custeio da Atenção Primária à Saúde, reduzindo as desigualdades regionais entre municípios, garantindo incentivos financeiros para os municípios que apresentarem melhorias nos indicadores de saúde e na qualidade da assistência.
8	Criar critérios de financiamento que considerem vulnerabilidades sociais, envelhecimento populacional e características territoriais dos municípios.
9	Estabelecer programas estaduais de incentivo ao desempenho sem comprometer o financiamento regular e contínuo dos serviços, com critérios transparentes para distribuição dos recursos estaduais da

	saúde, com monitoramento público dos investimentos.
10	Garantir apoio financeiro para informatização, telessaúde, telemedicina e qualificação dos sistemas de informação em saúde.
11	Maximizar os investimentos estaduais na assistência farmacêutica, reduzindo a falta de medicamentos.
12	Auditar e otimizar os repasses estaduais de cofinanciamento da média e alta complexidade, reduzindo a dependência de emendas parlamentares e garantindo repasses regulares baseados em critérios epidemiológicos e demográficos.
13	Implantar planos regionais de preparação e resposta a desastres climáticos com participação dos municípios e integração entre saúde, defesa civil e assistência social.
14	Ampliar a rede de atenção à saúde da pessoa idosa, fortalecendo ações de prevenção, reabilitação e cuidados contínuos.
15	Estruturar sistemas de vigilância em saúde ambiental e desenvolver programas de prevenção e monitoramento de doenças relacionadas a eventos climáticos e contaminações ambientais.
16	Capacitar profissionais de saúde para atuação em situações de desastres ambientais e emergências climáticas.
17	Criar centros regionais de referência em saúde da pessoa idosa.
18	Criar a Rede Nacional de Vigilância em Saúde Climática, integrando dados do SUS com órgãos meteorológicos e ambientais para prever, planejar e mitigar os impactos de eventos extremos (ondas de calor, enchentes, secas e arboviroses) nas populações vulneráveis.
19	Fortalecer a regionalização da assistência à saúde, ampliando o acesso a consultas especializadas, exames e procedimentos de média e alta complexidade.
20	Ampliar o apoio técnico e financeiro às equipes multiprofissionais da Atenção Primária à Saúde com oferta de telessaúde para apoio diagnóstico, educação permanente e atendimento especializado.
21	Fortalecer a integração entre Atenção Primária, Vigilância em Saúde e Rede de Atenção à Saúde.
22	Fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial, ampliando o acesso aos CAPS e demais serviços de saúde mental.
23	Implantar programas de redução do absenteísmo em consultas e exames especializados.
24	Implantar uma política nacional de valorização dos trabalhadores do

	SUS, contemplando carreira, educação permanente e condições adequadas de trabalho.
25	Regionalizar efetivamente a média e alta complexidade, garantindo que exames especializados, cirurgias eletivas e tratamentos oncológicos sejam descentralizados por macrorregiões de saúde, reduzindo as grandes filas de espera e o deslocamento exaustivo de pacientes.

PROPOSTAS – ÂMBITO NACIONAL	
1	Resgatar a Política Nacional de Fortalecimento da Participação Social no SUS, com formação continuada para conselheiros e lideranças comunitárias, garantindo o financiamento permanente para o funcionamento dos Conselhos e Conferências de Saúde em todas as esferas de governo.
2	Criar mecanismos de participação popular híbrida (presencial e digital) em todas as conferências nacionais de saúde.
3	Fortalecer a Ouvidora-geral do SUS com integração entre União, estados e municípios.
4	Ampliar campanhas nacionais de combate à desinformação em saúde e promoção da educação em saúde baseada em evidências.
5	Criar mecanismos digitais unificados e acessíveis de consulta pública e prestação de contas aos Conselhos de Saúde (Nacional, Estaduais e Municipais) e à Casa Legislativa, garantindo a transparência com linguagem acessível para que a população possa acompanhar em tempo real a aplicação dos recursos e as decisões tomadas.
6	Blindar o orçamento da saúde contra contingenciamentos e emendas parlamentares impositivas que não sigam os critérios técnicos de planejamento do Ministério da Saúde e do CONASS/CONASEMS.
7	Modificar o modelo de financiamento da atenção especializada baseado em evidências, parâmetros assistenciais e diretrizes clínicas da Conitec dos recursos financeiros e revogar medidas que limitem o crescimento do financiamento da saúde, assegurando ampliação progressiva dos recursos destinados ao SUS, considerando envelhecimento populacional, vulnerabilidade social e perfil epidemiológico dos territórios.
8	Instituir revisão periódica dos valores dos programas federais, considerando inflação, custos assistenciais e crescimento

	populacional, garantindo maior previsibilidade dos repasses federais aos municípios, reduzindo atrasos e oscilações no financiamento revogando mecanismos que reduzam a capacidade de investimento público em saúde.
9	Criar uma política nacional de financiamento para investimento e renovação da infraestrutura das unidades de saúde.
10	Ampliar os investimentos em pesquisa, inovação e produção nacional de medicamentos, vacinas e equipamentos.
11	Ampliar o número de residências multiprofissionais em todo o país.
12	Direcionar 100% da arrecadação da taxa de produtos nocivos à saúde (ultraprocessados, tabaco, álcool e agrotóxicos) do "Imposto Seletivo" da Reforma Tributária diretamente para o SUS.
13	Regulamentar o financiamento da Política Nacional de Saúde e Emergências Climáticas com financiamento específico para estados e municípios.
14	Ampliar os investimentos da vigilância em saúde voltados aos impactos das mudanças climáticas.
15	Fortalecer a Rede de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa, considerando o acelerado envelhecimento populacional brasileiro e ampliar investimentos em programas de envelhecimento saudável e atenção integral à pessoa idosa no SUS.
16	Criar normativas para garantir que novos estabelecimentos de saúde sejam construídos em locais fora de áreas de risco, garantindo também financiamento para a adaptação das estruturas existentes para o enfrentamento de eventos climáticos extremos.
17	Integrar as políticas de saúde, meio ambiente, saneamento e defesa civil para redução dos riscos socioambientais estabelecendo linhas de financiamento para municípios implementarem ações de sustentabilidade ambiental nos serviços de saúde.
18	Estruturar programas de saúde específicos para populações afetadas por crimes ambientais, contaminação por agrotóxicos e desastres climáticos, garantindo monitoramento toxicológico e apoio em saúde mental a longo prazo.
19	Garantir expansão do Programa Mais Médicos e de outras estratégias de provimento de profissionais para regiões de maior vulnerabilidade.
20	Fortalecer a transformação digital do SUS, promovendo a interoperabilidade e a integração nacional dos sistemas de informação

	em saúde, permitindo o compartilhamento seguro de dados dos usuários.
21	Fortalecer as Redes de Atenção à Saúde, reduzindo filas e garantindo acesso oportuno aos serviços especializados e hospitalares.
22	Expandir a política nacional de telessaúde para reduzir desigualdades de acesso.
23	Fortalecer a saúde mental por meio da ampliação dos serviços e do apoio oferecido na comunidade, garantindo que as pessoas tenham acesso a um cuidado integrado, humanizado e próximo de onde vivem.
24	Estabelecer mecanismos de comunicação e cooperação entre os Ministérios da Saúde, da Assistência Social e da Educação para o planejamento e execução integrada de políticas públicas nos territórios.

DELEGADOS PARA A CONFERÊNCIA ESTADUAL

Segmento	Titular	Suplente
Usuários	Anderson Caetano da Rocha	Soraya Ambrozine
Gestor/prestador	Ramom Rigoni Gobetti	Marília da Penha Trarbach
Trabalhadores	Péricles Alves Noronha	Caroline Costa Calavort

CONSIDERAÇÕES

O Conselho Municipal de Saúde de Marechal Floriano, através deste relatório procurou efetivar a VII Conferência Municipal de Saúde, sendo o último requisito necessário para sua validação. O relatório final é o meio pelo qual se elenca os principais atos, fatos, e acontecimento do evento. O papel do conselho é de defender os interesses da população local e de principalmente buscar meios e subsídios junto a secretaria para a resolução de determinado problema e questão levantada, portanto na conferencia pode ser possível ter a ciência da real situação de saúde, e partindo das diretrizes eleitas, buscar a efetivação das mesmas.

Marechal Floriano-ES, 30 de junho de 2026

Comissão Organizadora e Relatora da 7ª Conferência Municipal de Saúde de Marechal Floriano-ES

REGISTRO FOTOGRÁFICO



ANEXOS

[Decreto 13.291 2026](#)

[Regimento Interno](#)

[Resolução](#)

[Programação](#)

[Lista de Presença](#)